

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INTERVENÇÕES PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL AEE

Gabriella Giovanna Galiciani

galicianig@outlook.com

Professora de Apoio Pedagógico especializado REME. Membro da linha de pesquisa Educação, Saúde e Práticas Educacionais do grupo de estudo Estudos e Pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão (GEPEDHI).

Thais Paes Custódio

Thaispaes12@gmail.com

Acadêmica do curso de Pedagogia Faculdade de Educação - FAED da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro da linha de pesquisa Educação, Saúde e Práticas Educacionais do grupo de estudo Estudos e Pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão (GEPEDHI).

Milene Bartolomei Silva

milenebatsilva@gmail.com

Professora Doutora do Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação - FAED da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora da linha de pesquisa Educação, Saúde e Práticas Educacionais do grupo de estudo Estudos e Pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão (GEPEDHI).

Resumo

Os professores que devem gerir a diversidade e as necessidades dos alunos nas salas de aula e no AEE e, adaptar ou organizar o currículo para responder às necessidades de todos esses os alunos. O objetivo foi pesquisar estratégias de intervenções no ensino para crianças com deficiência intelectual, com uma metodologia qualitativa, fazendo uso da revisão bibliográfica. A relevância deste estudo se dá pela importância da orientação aos pais, educadores, escolas e comunidade, tendo foco principal o bem estar físico emocional e intelectual das crianças, trazendo ou resgatando equilíbrio, harmonia ao ambiente familiar e escolar, melhoria na qualidade das relações humanas.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Deficiência Intelectual. Educação Especial.

Introdução

Este trabalho apresenta um estudo sobre as dificuldades na aprendizagem do deficiente intelectual, quais as suas especificidades, perspectiva, e o quanto é importante saber e entender sobre o assunto para atuar na educação especial dentro do atendimento educacional especializado.

A relevância deste estudo se dá por meio importância da orientação dos pais, educadores, escolas e comunidade trazendo um pouco sobre a história da educação inclusiva

no Brasil, relatando brevemente um pouco da realidade brasileira sobre o caminho que percorreu a inclusão.

Neste trabalho vocês irão perceber que em alguns momentos aparecerá o termo “deficiente mental”, isso acontece, pois, algumas citações foram escritas antes da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 6/10/04 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), em conjunto com a Organização Pan- Americana da Saúde (Opas), o termo “deficiência mental” passou a ser “deficiência intelectual”. A pesquisa traz a metodologia utilizada, o desenvolvimento da pesquisa e a conclusão do trabalho.

O objetivo foi pesquisar estratégias de intervenções no ensino para crianças com deficiência intelectual, analisando a diferença entre a sala regular e o atendimento educacional especializado. Investigamos quais as dificuldades de aprendizagem das crianças e adolescentes com deficiência intelectual no ensino regular que recebem atendimento AEE.

Justificativa

As dificuldades que as crianças com deficiência intelectual podem ter, é encarada pelos professores e pais com muita segurança e determinação durante o ensino. Para se assegurar nos tipos de dificuldades apresentada ambos devem conhecer a deficiência. O maior desafio da inclusão da aprendizagem ao deficiente intelectual na unidade escolar é o atendimento especializado. Constitui um impasse pela complexidade e variedades de abordagens de ensino, provocando inúmeras transformações que são necessárias para desafiar o aluno portador e estas, transformam a escola num lugar cheio de proporções para o ensino concreto.

A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas especificidades sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Assim sendo, os princípios inclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo à escola, a qual deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades (OLIVEIRA, 2008).

Acreditamos que a deficiência intelectual não está dada apenas por fatores biológicos, mas é uma categoria historicamente construída, englobando tanto os referidos fatores biológicos como os preconceitos do impacto dos usos e dos abusos de termos e de ideias que são produzidos socialmente. Daí a importância da escola na vida desses sujeitos para não somente

propiciar o desenvolvimento de habilidades como também desfazer esses equívocos que impedem a inserção social.

Contexto histórico

Por um longo período da história da humanidade, deficiência ou retardo mental foram os termos utilizados e eram associados, muitas vezes, erroneamente a outras condições médicas como doenças psiquiátricas. Pessoti (1984) faz uma revisão histórica a respeito da deficiência intelectual, destacando as concepções adotadas, em cada período, que influenciaram as atitudes da sociedade em relação à mesma. Aranha (1991) também se reporta à história para descrever como a integração social do deficiente foi associada a essa concepção. Na sociedade antiga, as crianças deficientes eram deixadas ao relento para que morressem.

Essa atitude era fruto dos ideais morais da época em que a eugenia e a perfeição do indivíduo eram consideradas valores preponderantes. Já no final do século XV, com os ideais burgueses vigentes nesse período, imperou a visão de que a deficiência era um atributo do indivíduo, tendo, portanto, uma relação direta com o capital, ou seja, o deficiente era considerado improdutivo, do ponto de vista econômico (GLAT, 1995). Com o passar dos séculos, as concepções sobre Deficiente Mental foram se ampliando, em parte como consequência das mudanças ocorridas nas sociedades e no campo científico. Mas, foi somente no século XIX que se percebeu uma postura de responsabilidade pública com relação às necessidades dos deficientes. No século XX, as ações se tornaram mais concretas, havendo uma multiplicidade de modos de encarar a DM, acarretando o surgimento de vários modelos explicativos, como o metafísico, o médico, o educacional, o da determinação social e o sócio construtivista ou sócio-histórico (ARANHA, 1995).

A conceituação e caracterização da DI adotada no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC) segue o modelo proposto pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR), e serve como ponto de partida para a implementação de políticas públicas pelo governo brasileiro, que visa um atendimento especializado a estas crianças. Contudo, o próprio governo tem revelado um atendimento precário às pessoas deficientes, em diversas partes do país (MEC, 2003), apesar de salientar a importância deste tipo de atendimento desde a mais tenra idade da criança. Para o governo brasileiro, o trabalho precoce com crianças deficientes tem o objetivo de "[...] proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo" (MEC, 1995, p. 11).

A Constituição Federal de 1988 sob art. 208, parágrafo V determina o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. No item III ainda descreve “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, resumidamente, oferta de ensino e aprendizagem, acesso público para todos que querem estudar; por isso, é inegável que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência.

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede de ensino regular”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas da educação inclusiva.

A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim uma função social reguladora e formativa para os alunos (BRASIL, 2006, p. 8). No mesmo ponto de vista ainda diante da inclusão, o desafio das escolas comum e especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas (BRASIL, 2006, p. 9).

A efetivação de uma escola de qualidade e inclusiva se pauta na defesa dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes notadamente daqueles com deficiências. A inclusão busca a capacitação de profissionais na área da educação.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP,2001).

O AEE (atendimento educacional especializado) tem um grande compromisso com a educação, inclusive com a educação especial que devemos contribuir na educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos. É necessário conteúdos educativos para melhorar as dificuldades que são encontradas no decorrer do ensino.

A Declaração de Salamanca, entre 7 e 10 de junho de 1994 afirma: nosso compromisso com a educação para todos reconhecendo a necessidade e urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens, e adultos com necessidades educativas especiais. O princípio fundamental desta linha de Ação é que todas as escolas devem

acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas intelectuais sociais, emocionais e linguísticas. (1994, p. 09).

Diferença entre sala regular e atendimento AEE.

Assim como o movimento inclusivo exige mudanças estruturais para as escolas comuns e especiais, ele também propõe que haja uma articulação entre os diferentes profissionais envolvidos neste processo. O diálogo entre diversos profissionais é necessário para o aprofundamento e melhor desempenho, seja do aluno, do professor ou do especialista. No entanto, o diálogo só acontece quando as partes não assumem uma posição de superioridade de conhecimento e de dominação sobre o outro.

Desta forma, para que cada espaço se organize e cumpra com o que se propõe, sem ocupar ou se sobrepor ao trabalho do outro, é necessário destacar que a sala comum é um espaço educacional responsável pela saída da vida particular e familiar para o domínio público tem função social reguladora e formativa para os alunos. A escola vem ensinar a compartilhar o saber, introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico, ou seja, cabe a escola socializar o saber universal.

A aprendizagem do aluno com deficiência intelectual

Acreditamos que a deficiência intelectual não está dada apenas por fatores biológicos, mas é uma categoria historicamente construída, englobando tanto os referidos fatores biológicos como os preconceitos do impacto dos usos e dos abusos de termos e de ideias que são produzidos socialmente. Daí, a importância da escola na vida desses sujeitos para não somente propiciar o desenvolvimento de habilidades como também desfazer esses equívocos que impedem a inserção social.

Podemos entender o sujeito que possui Deficiência Intelectual como alguém que possui uma organização qualitativamente diferente e que é capaz de realizar aprendizagens, porém, a construção de conceitos se dá de forma diferenciada, necessitando para tal, de estratégias e procedimentos pedagógicos apropriados.

Esse aluno necessita de interferências planejadas que auxiliem na sua capacidade de autonomia e nos processos de relação com o mundo e este aspecto já apresenta uma diferença nítida em relação à pessoa com dificuldade de aprendizagem.

Quando paramos para pensar a prática pedagógica na inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola regular, nos enfatiza, Rubens Alves (2004), em seu livro, “O

Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender”, que conduz-nos na compreensão de que se destina a apoiar os alunos com deficiência no sistema geral de ensino e, portanto, “martela” uma prática que acolhe e apoia a diversidade de todos os alunos.

Este pensar vem carregado de questionamentos, de conflitos, medos e inseguranças. Já se sabe: não basta colocar os alunos na escola regular, é preciso, por meio de recursos e de processos metodológicos responder às necessidades educacionais que cada aluno apresenta. Nesse sentido, é ainda Alves (2004) que nos dá o tom:

Há muita sabedoria pedagógica nos ditos populares. Como naquele que diz: ‘É fácil levar a égua até o meio do ribeirão. O difícil é convencer ela a beber a água’. De fato: se a égua não estiver com sede, ela não beberá água por mais que o seu dono a surre... Mas, se estiver com sede, ela, por vontade própria, tomará a iniciativa de ir até o ribeirão. Aplicado à educação: É fácil obrigar o aluno a ir à escola. O difícil é convencê-lo a aprender aquilo que ele não quer aprender [...] (p. 12).

Montoan (2008) avalia que, diante dos avanços conceituais que a contemporaneidade nos apresenta no processo educativo, os antigos princípios que orientavam a educação desses indivíduos deixam de existir, endossados na evidência dos processos interativos que permeiam as relações entre idade cronológica e objetos de aprendizagem, habilidades intelectuais alternativas e valorização dos papéis sociais representados pelas pessoas com deficiência mental, no deixar de aprender por obrigação pelo desejo de querer aprender. A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas (OLIVEIRA, 2008). Essa constante busca de respostas pedagógicas relativas à inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola regular, ainda segundo Montoan (2008, p. 36) deve considerar:

A competência intelectual: porque eles têm o direito de viver desafios para desenvolver suas capacidades; a autonomia: porque eles têm o direito de decidir e escolher, de acordo com suas necessidades e motivações; o papel do meio social no processo interativo de produção das incapacidades: porque eles têm o direito de se desenvolver como as demais pessoas, em ambientes que não discriminem, mas valorizem as diferenças.

Cada aluno tem um problema que deve ser considerado, uma personalidade e um jeito próprio de ser, de sentir, de agir e de reagir, agravado ou não pelas complicações provenientes de alguma síndrome.

Focar a atenção, dando prioridade aos objetivos que queremos ensinar, sempre partindo de contextos reais, resultará em aprendizagens significativas. Sob esse prisma, buscar

realizar intervenções apoiadas no lúdico, como um meio de garantir a construção de conhecimentos, pois, acreditamos que as mesmas são propícias a expressão do imaginário, a aquisição de regras e a apropriação do conhecimento.

De acordo com Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual para realizar um bom trabalho com os alunos que tem essa deficiência é necessário conhecer o aluno, planejar e adaptar, valorizar as diferenças e limitações de cada um. Considerando as dificuldades que os alunos com deficiência intelectual apresentam e a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem elaborada, que visam atender e facilitar o desenvolvimento de todos os alunos, é necessário que o professor ao planejar suas aulas tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças sem excluir a participação do aluno no conteúdo trabalhado em sala.

Para Stainback (1998) um aspecto extremamente importante na inclusão de alunos com deficiência intelectual é trilhar novos caminhos educacionais, pensando não somente na alfabetização destes, mas sim na modificação curricular da escola de ensino comum para atender as outras habilidades que os alunos apresentem e com outro olhar sobre o papel do educador.

Para Mantoan (1984), o aluno com deficiência intelectual é capaz de realizar um processo educacional por meio de um currículo baseado em conteúdos construtivistas. A garantia de se outorgar ao aluno com deficiência intelectual o direito de exercer sua liberdade e autodeterminação, poder de decisão e crítica, facultando-lhe a iniciativa própria na resolução de conflitos de natureza intelectual e moral é condição importante para seu desenvolvimento. Deve-se também contar com a colaboração da família e da sociedade para que se estenda a outros ambientes o mesmo clima de confiança. A Matemática faz parte da vida de todas as pessoas e desempenha um papel decisivo pelo fato de nos permitir resolver problemas do nosso cotidiano, além de ser um instrumento de comunicação e desempenhar um papel fundamental na formação do pensamento lógico matemático a partir do desenvolvimento de habilidades de raciocínio específicas.

Segundo os PCN's "A Matemática é componente importante na construção da cidadania" (BRASIL, 1997) e poderá contribuir a partir do momento em que for apresentada por meio de uma metodologia que favoreça a criatividade, o trabalho coletivo, a iniciativa, a autonomia, a autoconfiança na própria capacidade de conhecer, enfrentar e vencer desafios. A matemática ensinada para ao aluno deficiente intelectual é a mesma ensinada para qualquer

aluno, o que se difere, no entanto, são os recursos de acessibilidade que esta clientela necessitará para ter acesso a esta área do conhecimento, haja vista sua limitação cognitiva.

Com isso, na tentativa de tirar o aluno com deficiência intelectual de uma condição passiva diante do conhecimento, buscamos introduzir a calculadora durante o Atendimento Educacional Especializado realizado na sala de Recursos de Deficiência Intelectual, tendo este instrumento como recurso facilitador da aprendizagem.

Assim, o ensino da matemática para os alunos que apresentam um déficit intelectual deve ser realizado também com material concreto ou adaptado para sua realidade, na qual os educadores devem levar seus alunos a sentir a cada momento, dentro e fora da escola a necessidade e a importância dos conhecimentos matemáticos no dia a dia, deve-se tornar o ensino atraente, iniciando concretamente, oportunizando a criança manipular e sentir objetos que a faça ter raciocínios matemáticos.

Estratégias pedagógicas na aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual

As limitações do aluno com déficit intelectual, sejam elas de ordem conceitual, prática ou social, interferem de maneira substancial na aprendizagem e na execução de determinadas habilidades da vida diária, no contexto familiar, escolar e social, e quanto mais precoce for detectado o quadro de deficiência intelectual, maiores serão as possibilidades da pessoa receber as ajudas e apoio necessários para a sua emancipação social. Promover a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, requer um trabalho sistemático acima de diferentes estratégias e adequações de materiais. Glat, (2004) afirma que:

Não há dúvida que a necessidade de cuidado maior imposta por sua condição restringe e transforma, em maior ou menor grau, a vida de todos os que lhes são próximos. No entanto, é importante que atenção que lhe é dada seja no sentido de estimular e incentivar ao máximo sua autonomia e crescimento, para que ele possa aprender a melhor lidar com suas dificuldades (p. 36).

Pode-se utilizar jogos, computadores, tablet, internet, aplicativos, como ferramentas para facilitar a aprendizagem dessas crianças. O jogo e o brincar fazem parte do ser humano em toda e qualquer idade, são fundamentais para o desenvolvimento, pois estimula construção de conhecimento por intermédio de aprendizagem significativas. Desta forma, no processo de alfabetização o professor pode contar com o uso de diferentes jogos pedagógicos, como estratégias de trabalho auxiliando o aluno neste processo.

Podemos utilizar o computador por meio de um viés mais mecânico, no qual o computador irá transmitir as informações para o aluno. Os softwares nessa perspectiva são sistemas nos quais o aluno interage diretamente com o computador. Nessa concepção, o computador “ensina” ao aluno como ocorre nos métodos tradicionais de ensino (SCHLÜNZEN, 2000).

Levando-se em conta que o Atendimento educacional Especializado é uma modalidade de ensino que necessariamente não tem por obrigação seguir uma grade curricular, mas sim o desenvolvimento de atividades e conteúdos que venham de encontro ao interesse e necessidade dos alunos, acreditamos que o trabalho realizado dentro de uma perspectiva de projetos possa contribuir para a aprendizagem e formação dos alunos, na medida em que possibilita uma maior autonomia diante das situações propostas, pois permite que o mesmo viva desde o seu planejamento até a sua execução, levantando hipóteses, investigando e registrando suas descobertas. As atividades são realizadas a partir do levantamento de temas de interesse dos grupos de trabalho.

Algumas considerações

Considerando estes aspectos poderemos organizar um planejamento voltado para a diversidade do aluno e que contemple suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que assim todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

O professor tem um grande compromisso com a educação, inclusive com a educação especial que devemos contribuir na educação para crianças, adolescentes, jovens e adultos. É necessário conteúdo educativo para melhorar as dificuldades que são encontradas no decorrer do ensino. As crianças com deficiência mental não são consideradas uma pessoa com doença e nem agressiva, apenas deficiência. Os professores em primeiro lugar devem agir sempre como pessoa normal. O respeito é fundamental para todas as faixas etárias; se ela for criança, deve se tratá-la como criança, se for adolescente, deve-se tratá-la como adolescente e se for uma pessoa adulta deve-se tratá-la como tal.

É necessário que sejam desenvolvidas diferentes estratégias de ensino aprendizagem de forma a proporcionar ao aluno melhor interação, participação e desenvolvimento deste nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento. Por meio da utilização das estratégias é estabelecido o que é necessário para desenvolver e resolver as atividades

apresentadas e determinam quais as técnicas mais adequadas para se utilizar na execução das mesmas no processo de aprendizagem.

Toda informação descrita acima contribui para o desenvolvimento e inclusão do deficiente intelectual na escola, ajuda na inclusão deste sem preconceitos dos colegas em sala. O ensino e aprendizagem deste aluno assegura-se o direito de aprender.

A inclusão social é instrumento extremamente importante para todos os tipos de deficiências no ambiente escolar. O acesso gratuito de ensino é papel e dever do governo municipal, estadual e federal. Todo esse recurso favorece para comunidade e alunos desenvolvimento global de ensino.

Caldeira e Cavalari (2010, p.45) apontam que “a inclusão só traz benefícios para os alunos com deficiência intelectual [...] a escola terá que rever seus conceitos e conseqüentemente grandes mudanças surgirão e os alunos aprenderão naturalmente a conviver com a diversidade”.

Esta perspectiva global se dá numa visão realista de cada criança. Por outro lado, serve também para reconhecer que a visão inicial pode muitas vezes mudar e evoluir no desempenho da aprendizagem. Uma criança com deficiência intelectual pode obter resultados escolares significativos. Mas sempre se deve ter adequação do currículo funcional ou individual as necessidades da criança. Os professores devem investir na intervenção pedagógica ampla, contribuir metas e técnicas que possa ajudar na aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.216, 6/4/01 [Lei do Transtorno Mental].

_____. Ministério da Educação. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental. Brasília, MEC/ SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/defmental.txt>. Acesso em: 05/03/2018

_____. BRASIL. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>. Acesso em 10/04/2018

_____. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei Federal nº 9.394/1996. MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05/03/2018

_____. Ministério da Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: **Espaços para Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

CALDEIRA, Lucinete de Fátima Menegassi. CAVALARI, Nilton. **Dificuldade De Aprendizagem Com Deficiência**. Intelectual. *Caderno Multidisciplinar de Pós Graduação da UCP*, Pitanga, V. 1, nº4, p. 38-47, abril de 2010.

_____, **Educar na diversidade: material de formação docente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

GLAT, Rosana. **Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial**. In: *Temas em Psicologia*. São Paulo: USP, 1995.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. **Da educação segregada à educação inclusiva: uma reflexão sobre os paradigmas atuais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão** – Revista da Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 35 – 39.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes... [et al.] *Deficiência Mental*. São Paulo : MEC/SEESP, 2008. (Série Atendimento educacional especializado)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA editora, 1997.

MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. **Educação Especial: um direito assegurado**. Livro 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1994/1995

OMS. Declaração de Montreal sobre **Deficiência Intelectual**. Montreal, Canadá, 4-6 outubro 2004.

OLIVEIRA, A.A.S. **Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual: alguns apontamentos**. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Educação Especial. Londrina – PR., 29 a 31 de outubro de 2007. Londrina: Práxis, 2008.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.